



2777405

08004.000187/2016-99

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º Andar, Sala 621 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP

70064-900

(61) 2025-9301 - [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

Diligência nº 1/2016/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE-MJ

Brasília, 10 de agosto de 2016.

Ao Senhor  
Pedro Paulo Carneiro Isaac  
Conceito Engenharia EPP  
e-mail: [pedro.conceito@terra.com.br](mailto:pedro.conceito@terra.com.br)

Assunto: **Tomada de Preços nº 01**

Prezado,

A Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações, estabelecendo o seguinte comando: “É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Assim dispõe o Edital:

7.3.3.6 Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XX, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no item 7.3.3.4, observados os seguintes requisitos:

7.3.3.6.1 A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e,

7.3.3.6.2 Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

A empresa encaminhou a Declaração solicitada no item 7.3.3.6, entretanto, faz-se necessário relacionar individualmente cada contrato, indicando seus respectivos valores, nos moldes do modelo da IN/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, informado por meio da resposta ao Pedido de Esclarecimento nº 04, disponibilizado no site do Ministério da Justiça e Cidadania ([www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)). A indicação dos valores dos contratos firmados trata-se de condição essencial para a verificação da qualificação econômico-financeira da empresa.

A resposta deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico, [licitacao@mj.gov.br](mailto:licitacao@mj.gov.br), impreterivelmente até às 18 horas do dia 11/08/2016, horário de Brasília, devendo ainda, a documentação original ser enviada para o endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 621 - COPLI/CGL/SPOA/SE/MJ, CEP - 70064-900 – Brasília-DF, até às 18 horas do dia 15/08/2016.

Importante frisar que o descumprimento de qualquer um dos prazos acima poderá acarretar a inabilitação da empresa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Presidente da Comissão Especial de Licitação**, em 10/08/2016, às 15:56, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2777405** e o código CRC **DDFBDC1D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08004.000187/2016-99

SEI nº 2777405